

54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR, AVALIAR E PROPOR MEDIDAS SOBRE A PRODUÇÃO DE LEITE NO MERCADO NACIONAL INCLUINDO: A FIXAÇÃO DE PREÇO JUSTO PARA OS PRODUTORES; O COMBATE AOS CARTÉIS NA PRODUÇÃO DOS INSUMOS LÁCTEOS; O ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE PROTEÇÃO DO MERCADO INTERNO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS SUBSIDIADOS; E A REDEFINIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE LEITE *IN NATURA*

RELATÓRIO PARCIAL

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2011 E 2012

Brasília – DF

03 de Abril de 2013

MEMBROS DA SUBCOMISSÃO

Presidente: Deputado **Domingos Sávio** - PSDB/MG

Vice-Presidente:

Relator: Deputado **Alceu Moreira** - PMDB/RS

ESPELHO DA SUBCOMISSÃO			
TITULARES / SUPLENTE			
PT			
JOSIAS GOMES PT/BA	642 - IV	BOHN GASS PT/RS	473 - III
PMDB			
ALCEU MOREIRA PMDB/RS	445 - IV	ANTÔNIO ANDRADE PMDB/MG	305 - IV
PSDB			
DOMINGOS SÁVIO PSDB/MG	271 - III	RAIMUNDO G. DE MATOS PSDB/CE	725 - IV
PP			
CARLOS MAGNO PP/RO	213 - IV	JAQUELINE RORIZ PMN/DF	408 - IV
DEM			
VITOR PENIDO DEM/MG	558 - IV	HEULER CRUVINEL PSD/GO	275 - III
PR			
JUNJI ABE PSD/SP	340 - IV	HELENO SILVA PRB/SE	583 - III
PSB			
CELSO MALDANER PMDB/SC	311 - IV	MOREIRA MENDES PSD/RO	943 - IV
PDT			
ZÉ SILVA PDT/MG	573 - III	CELIA ROCHA PTB/AL	301 - IV

Composição ao final de 2012.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR, AVALIAR E PROPOR MEDIDAS SOBRE A PRODUÇÃO DE LEITE NO MERCADO NACIONAL INCLUINDO: A FIXAÇÃO DE PREÇO JUSTO PARA OS PRODUTORES; O COMBATE AOS CARTÉIS NA PRODUÇÃO DOS INSUMOS LÁCTEOS; O ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE PROTEÇÃO DO MERCADO INTERNO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS SUBSIDIADOS; E A REDEFINIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE LEITE *IN NATURA*

Presidente: Deputado DOMINGOS SÁVIO

Relator: Deputado ALCEU MOREIRA

I - APRESENTAÇÃO

A produção de leite constitui atividade de enorme relevância econômica e social para o Brasil. Os indicadores econômicos mostram que o setor vem crescendo ao longo dos últimos anos em atendimento ao aumento do consumo pela população. Entretanto, ao mesmo tempo, as importações do produto vêm crescendo, especialmente de leite em pó, fato que tem afetado o preço do leite produzido no País, assim como a viabilidade financeira da produção nacional.

Cientes da importância e da problemática que envolvem o setor leiteiro nacional, os Deputados Domingos Sávio e Alceu Moreira apresentaram Requerimento propondo a criação da Subcomissão.

O requerimento foi aprovado e a Subcomissão foi instalada em 8/6/2011.

Sobre o assunto, o Deputado Domingos Sávio assim se expressou: “Logo que se iniciaram os trabalhos da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, com apoio de todos os colegas que estão aqui e de dezenas de outros do Brasil inteiro, apresentamos requerimento propondo a criação dessa comissão para tratar do assunto do leite. A proposta foi de se criar uma subcomissão permanente para discutir a elaboração de uma política nacional para a cadeia produtiva do leite, envidando-se todos os esforços para garantir uma remuneração justa para o produtor rural. Sabemos da luta do produtor e da necessidade de haver preço justo para um produto essencial. Uma comissão que trabalhasse combatendo toda forma de cartel na produção e industrialização de insumos tão necessários. Esses cartéis muitas vezes ficam com uma fatia muito grande do resultado final, deixando só o sacrifício e o prejuízo para o produtor. Uma comissão que trabalhasse efetivamente não pela proibição, pois o Brasil tem acordos multinacionais e bilaterais de livre comércio, importantes para a nossa economia e para a liberdade e desenvolvimento dos povos, mas pelo controle que não permita a importação de produtos subsidiados, a concorrência predatória e ações que destruam a economia brasileira, como infelizmente tem ocorrido e se agravado ultimamente. Portanto, essa comissão tem a missão de buscar medidas efetivas de controle da importação de leite e derivados. E que trate de buscar uma política tributária mais justa, tirando o ônus dos impostos em toda cadeia produtiva do leite e derivados, já que é um produto da cesta básica, essencial na alimentação. Há uma consciência crítica de que não é um produto que possa ter preço excessivamente alto, sob pena de comprometer o acesso de todas as camadas da população. Não é justo que o governo, contraditoriamente a essa política, imponha custos elevadíssimos de impostos que incidam sobre toda a cadeia produtiva, desde a geração da energia elétrica na propriedade rural, do óleo diesel, dos insumos, dos medicamentos, até os produtos finais levados ao consumidor.”

A seguir apresentamos de forma sucinta o teor de cada reunião ordinária da Subleite.

II - REUNIÕES ORDINÁRIAS DA SUBLEITE EM 2011

1ª Reunião Ordinária em 8 de junho de 2011, destinada à instalação e eleição do presidente.

Com 4 votos favoráveis, foi eleito o Deputado Domingos Sávio para presidir a Subleite, o qual nos designou relator.

2ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 14 de julho de 2011, para discutir e votar o Plano e Cronograma de Trabalho.

- Objetivos:

- Promover levantamento de dados e impactos da cadeia produtiva de leite, na produção, industrialização, comercialização, aspectos sanitários, sociais, ambientais, tributários, de pesquisa e de assistência técnica para o setor.

- Metodologia:

1 – Reunião de instalação, proposições temáticas e cronograma de trabalho a ser desenvolvido;

2 – Encaminhar com maior brevidade formulário específico para colher sugestões e encaminhamentos das entidades ligadas à produção de produtos lácteos;

3 – Realização de audiências públicas por área temática, trazendo para o debate autoridades públicas e privadas, responsáveis pelo tema em discussão e especialistas envolvidos com o setor, com as respectivas apresentações e votações de proposições e encaminhamentos;

4 – Realização de Encontros a serem realizados nos estados produtores e consumidores mais importantes para colher sugestões. Foram estabelecidas as seguintes localidades: Juiz de Fora (MG), São Paulo (SP); Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ);

5 – Assembleia Geral com a participação de todos os setores ligados, para avaliação de dados e informações produzidas com a finalidade de organizar um texto que seja a interpretação fiel do resultado desejado para a cadeia produtiva;

6 – Apresentação de relatório à Subleite e consolidação do texto final;

7 – Discussão e aprovação do relatório da Subleite;

8 – Entrega de Relatório à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

3ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 28 de junho de 2011, aprovou inclusão do Encontro na cidade de Ji-Paraná, no estado de Rondônia, por solicitação do Deputado Carlos Magno e a inclusão da cidade de Chapecó, em Santa Catarina, por sugestão do Deputado Celso Maldaner.

Este último ressaltou matéria publicada no jornal “Correio do Povo”, do Rio Grande do Sul, em 16/6/2011, a qual aponta o consumo de 226,2 milhões de dólares em leite comprado do exterior, enquanto o Brasil exportou 377 milhões de dólares, havendo um déficit de 188,56 milhões de dólares na balança comercial dos lácteos nos primeiros 5 meses de 2011, representando um crescimento de 99% em relação ao mesmo período do ano de 2010. Lembrou ainda que o prazo estabelecido para a cota de 3000 toneladas de lácteos mensais fixada para importação de lácteos da Argentina encerrar-se-ia em 31 de julho de 2011 e que deveria ser prorrogado, e que cota semelhante deveria ser aplicada para os produtores uruguaios.

4ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 6 de julho de 2011, apresentamos modificações ao Plano de Trabalho e Cronograma para a inclusão, no dia 12 de setembro de 2009, de Belo Horizonte no rol das cidades onde seriam realizados Encontros.

5ª Reunião Ordinária.

Realizada em 17 de agosto de 2011, cujo resultado é o que se segue:

- Aprovação da sugestão de se criar um comitê de negociação de Acordos que incluam restrições à importação de lácteos do Uruguai e da Argentina, a ser constituído com representantes da Subcomissão, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de modo a agilizar a discussão e chegar rapidamente a uma solução que possibilite o incentivo e a defesa dos produtores brasileiros, que vêm sendo prejudicados com a extensa importação de lácteos da Argentina e do Uruguai;

- Aprovação de sugestão de, em reuniões, na mesma data, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, indicar a constituição do Comitê e que sejam tomadas medidas protetórias nas guias de importação de lácteos do Uruguai e Argentina para frear um pouco o volume de importações, enquanto não se elaboram acordos comerciais com os dois países referentes à importação de lácteos.

6ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 17 de agosto de 2011, na qual foram discutidas medidas de controle das importações de leite e derivados, da Argentina e Uruguai, bem como a execução do Plano de Trabalho e Encontros da Subleite.

Foi aprovada a indicação dos Deputados Alceu Moreira e Vitor Penido para integrarem, respectivamente, na condição de Titular e de Suplente, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados.

7ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 24 de agosto de 2011, obteve os resultados que se seguem:

- Aprovação de solicitação de elaboração de projeto de lei que proíba órgãos públicos municipais, estaduais e federais de utilizar produtos lácteos que não sejam de produção brasileira em ações no âmbito de políticas públicas;
- Aprovação do agendamento, em primeiro de setembro, de Encontro da Subcomissão do Leite durante a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários – Expointer, que ocorreria no período de 27 de agosto a 4 de setembro, em Esteio, a 17 km de Porto Alegre, e do Encontro da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR – no dia seguinte, também no Rio Grande do Sul. A pauta do Encontro seria a coleta de subsídios para a elaboração do marco regulatório do leite, que incluía todas as operações da cadeia produtiva, inclusive normas sanitárias, de embalagem, de proteção ao produtor e ao consumidor, de equalização na relação com outros países, entre outras, de modo a dar cumprimento ao estabelecido no Plano de Trabalho da Subcomissão;

- Aprovação de visita ao novo Ministro do MAPA para sugerir e cobrar medidas de escopo ministerial relativas à importação de lácteos.

8ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada a 31 de agosto de 2011, obtendo os seguintes resultados:

- Aprovação de encontro de deputados promovido pela Subleite com o ministro Pimentel em Minas Gerais, com convite à participação dos membros da bancada eleita naquele Estado para a Câmara dos Deputados.
- Aprovação de encontro com titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – na 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários – Expointer.
- Aprovação de reunião na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, de modo a ser promovido encontro entre Subcomissão, Embrapa e MAPA para análise da situação do segmento produtivo de lácteos e estabelecimento de uma agenda em prol dos produtores brasileiros do leite;
- Aprovação de inclusão no Plano de Trabalho de Encontro no Nordeste, buscando compatibilizar, em uma única agenda, os pleitos dos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e de Alagoas.

9ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 14 de setembro de 2011, obtendo os resultados que se seguem:

- Aprovação do compromisso da Subcomissão, havendo prévio aceite dos representantes da Embrapa, para que a Embrapa Gado de Leite acompanhe e contribua com conhecimento técnico, análises e dados nos Encontros a serem realizados pela Subcomissão do Leite nos estados;
- Aprovado o fato de que a Subcomissão se empenhe para fortalecer a atividade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no setor produtivo do leite e derivados, promovendo ações políticas e legislativas com esse objetivo.

10ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 21 de setembro de 2011, cujos resultados são os que se seguem:

- Aprovação da criação de endereço eletrônico, logomarca e coleta de sugestões para a estruturação da Subleite e apresentá-los ao Presidente da Câmara dos Deputados;
- Aprovação de requerimento a ser apresentado à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para Audiência Conjunta da Subleite e da Subcomissão Especial com a finalidade de discutir as questões acerca da Agricultura Familiar e das Energias Renováveis – Subagrif. A Audiência Pública terá por foco o segmento produtivo de leite e derivados, em um plano nacional para a assistência técnica e extensão rural;
- Aprovação de prazo para que a Presidência pudesse processar as solicitações dos membros da Subleite e chegar ao número de participantes para a missão à França.

11ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 28 de setembro de 2011, obtendo os seguintes resultados:

- Aprovação dos nomes dos parlamentares que integrariam a missão à França;
- Aprovação de delegação para tratar junto ao governo do Distrito Federal da preocupação manifestada pela Associação de Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal e distribuição do leite do Programa Nutrindo a Mesa (Nosso Pão, Nosso Leite).

12ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 5 de outubro de 2011, obteve os seguintes resultados:

- Aprovação da proposta de alternância dos membros da Subleite na composição dos integrantes das missões oficiais;

- Aprovação de elaboração de requerimento aos ministérios competentes para obter dados sobre o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST – e o que consideram óbices para sua aplicação na área rural;
- Aprovação de ofício ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, expressando a preocupação com a importação de lácteos da Argentina, Uruguai e Chile, e da necessidade de uma solução urgente.

13ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 18 de outubro de 2011, cujos resultados são os que se seguem:

- Aprovação da nova data e de estratégia para viabilizar ampla presença na Audiência Pública sobre Assistência Técnica e Extensão Rural, tendo como foco especial o segmento produtivo de Leite e Derivados.

14ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 26 de outubro de 2011, obtendo os seguintes resultados:

- Aprovação do envio de ofício à Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados para solicitar avaliação técnica quanto às conexões entre tributos e comercialização de leite no Brasil, tendo em conta a guerra fiscal que alguns estados travam e que acarreta prejuízo a estados produtores de leite;
- Sugestão do presidente para que parlamentares com o maior número de legislaturas elaborassem propostas de emendas orçamentárias de interesse da Subleite. O Deputado Domingos Sávio defendeu prioridade a emendas em favor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, para que sejam executadas ações da Embrapa Gado de Leite e incentivo aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Aprovação da proposta de elaboração pela Subleite de informativo com balanço das atividades desenvolvidas em 2011 e as perspectivas para o ano de 2012.

15ª Reunião Ordinária Deliberativa

Realizada em 30 de novembro de 2011, obteve os resultados que se seguem:

- Aprovação de proposta para a realização, em 15 de dezembro de 2011, de Audiência Pública para discutir o cronograma do setor leiteiro e as atividades para o ano de 2012 e um balanço das atividades desenvolvidas em 2011.

- Aprovação de proposta para realização de Reunião Ordinária Deliberativa em 14 de dezembro de 2011, em que deverá ser apresentado um balanço das atividades da Subcomissão em 2011 e discutido o cronograma das atividades a serem realizadas em 2012.

- Decisão de elaboração pelas assessorias de imprensa dos gabinetes parlamentares do Presidente e do Relator da Subleite de boletim informativo sobre os resultados do trabalho da Subcomissão.

- Explanação do consultor legislativo Marcelo Sobreiro sobre a guerra fiscal entre estados que afeta o setor leiteiro.

Iniciando a exposição, Marcelo Sobreiro ressalta que há mais de trinta anos, por volta de 1965 a 1967, discutiu-se uma reforma tributária para combater a guerra fiscal entre estados. Após as medidas, verificou-se que o fenômeno voltou na década seguinte, a dos anos 1970, e se agravou na década de 1990, mesmo após a Constituição Federal de 1988 ter determinado que seu art. 155 deveria ser regulamentado por lei complementar.

O Consultor informou que a Lei nº 24, de 1975, foi aceita como regulamentadora do art. 155 da CF, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Nessa Lei, o artigo 1º estabelece que os convênios entre estados para fins de imposto de circulação interestadual são realizados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – do qual participam o Governo Federal e os Governos Estaduais, por meio das secretarias de fazenda. A ação do Conselho limitaria a guerra fiscal.

O consultor avalia, ainda, que a lei não deixou vácuo, ao estabelecer que os convênios devessem ser aprovados por unanimidade no Confaz. O Senado também pode tratar a matéria mediante Resolução, lembrou.

Ao explicitar o mecanismo de intervenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS –, Marcelo Sobreiro explicou que há alíquotas praticadas dentro do estado e outras de caráter interestadual, e que, entre essas, há impostos da circulação de contribuinte para contribuinte e de contribuinte para consumidor. Explica que a alíquota interestadual pode ser paga por quem vende e por quem compra ou recebe e costumeiramente há diferenças entre as alíquotas praticadas dentro do estado e a interestadual. Acrescenta que os estados utilizam as praticadas dentro do estado para interferir no valor final de comercialização, ora favorecendo quem vende, ora quem compra. Aduz que a chamada guerra fiscal entre os estados consiste na variação dessas práticas com objetivos determinados de influir no preço final do produto e no interesse de quem vende ou de quem compra ao adquirir ou vender a mercadoria para outro estado.

Explicou, ainda, que há dois tipos principais de guerra fiscal, sendo um deles o incentivo financeiro aos empreendimentos, com a contratação (cessão) de empréstimos em condições favorecidas a empresas instaladas no estado, quando, na prática, parte do ICMS termina por ser devolvida às empresas. Antes, essas operações eram praticadas por bancos estaduais; atualmente, tendo havido o processo de privatização ou modificação dos bancos estaduais, esse papel vem sendo desenvolvido pelos fundos de fomento estaduais.

Outro tipo é a guerra fiscal que utiliza benefícios diretos no próprio imposto, como a dilatação do prazo de pagamento, entre outros.

Após, expôs divergências doutrinárias sobre a interpretação do inciso I do § 2º do art. 155 da CF, e que a jurisprudência dos tribunais superiores está para ser firmada em decisão de um recurso ordinário ingressado em outubro deste ano.

Respondendo a indagações, o consultor disse que a melhor saída legislativa seria via Resolução do Senado Federal, como previsto na Constituição.

Indagado sobre a existência de tratamento especial relativo aos produtos da cesta básica, Marcelo Sobreiro informou que não conhecia discriminação tributária relativa a esses produtos, como as que conhece em relação a transporte aéreo, petróleo e energia.

Após uma série de manifestações sobre a conveniência de se estabelecerem diferenciações em relação ao segmento produtor leiteiro e à cadeia do leite – na qual o consultor dera o exemplo de que os regimes de exceção no sistema Confins e PIS trouxeram dificuldade de gerenciamento à Receita Federal –, levantou-se a hipótese da substituição tributária, quando Marcelo Sobreiro opinou que este procedimento pode até diminuir a sonegação, mas não arrefece a guerra fiscal.

Indagado pelo relator e pelo presidente da Subcomissão sobre qual seria a melhor proposta para arrefecer a guerra fiscal, o consultor legislativo afirmou que uma resolução do Senado ou uma alíquota específica para o setor do leite poderiam ser estudadas, além das alternativas já cogitadas no sentido de se especializar o leite ou a cesta básica.

Sugeriu o consultor que, ante as dúvidas e sugestões apresentadas, seja formalmente solicitada pela Subcomissão à Consultoria Legislativa um estudo que especifique todas as hipóteses.

- Aprovação de solicitação de estudo à Consultoria Legislativa com a inclusão de uma planilha que demonstre os valores praticados pelos estados atualmente, além de esclarecer que produtos compõem a cesta básica e quais os impostos e suas características e natureza que incidem sobre esses produtos.
- Aprovação de realização de conferências estaduais ou regionais no primeiro semestre de 2012 e de uma conferência nacional do leite no segundo semestre do próximo ano, com a possibilidade de inclusão de encontros de outra natureza, de acordo com a demanda do setor produtivo nos estados e regiões.

16ª Reunião Deliberativa Ordinária

Realizada em 13/12/2011, juntamente com a Subcomissão Especial com a finalidade de discutir as questões acerca das energias renováveis na agricultura e das políticas públicas para a agricultura familiar e extensão rural, para a discussão da proposta de criação de uma instituição nacional – Sisbrater – destinada a coordenar os trabalhos de assistência técnica e extensão rural (ATER) que se realizam em todo o País, a ser apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Presidência da República.

O Brasil já contou com uma entidade nacional com essa missão: a Embrater, cuja instituição foi autorizada pela Lei nº 6.126, de 1974. Sua extinção, pela Lei nº 8.029, de 1990, fez com que o trabalho realizado em vários estados e no Distrito Federal, por meio das Emater e instituições congêneres, perdesse a coordenação nacional, recursos e vigor, chegando mesmo a ser descontinuado, em alguns casos.

A criação da nova instituição nacional justifica-se pelo fato de que há no Brasil 4,2 milhões de agricultores familiares – o público que mais necessita desse serviço –, dos quais a metade não recebe qualquer orientação técnica; as políticas públicas não chegam até eles.

No caso específico do leite, o produtor precisa da orientação de especialistas. Por meio do trabalho dos extensionistas, existe a possibilidade de se duplicar a produção leiteira, reduzindo-se 40% do custo de produção.

Estamos convencidos de que não há necessidade imediata de recursos adicionais. É possível articular os recursos já existentes.

Com a criação dessa instituição, o País dará um salto no combate à pobreza e à miséria e o Plano “Brasil sem miséria” poderá alcançar seus objetivos.

Por outro lado, acreditamos que não haverá redução das desigualdades se os serviços de assistência técnica e extensão rural não forem universalizados.

Participaram da reunião os Senhores Júlio Zoé de Brito, presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Asbraer; Manoel Saraiva, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – Faser; Paulo Cesar Dias do Nascimento Junior, da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Argileu Martins, Secretário Substituto de Agricultura Familiar e Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Caio Castro, de Cooperativa do Vale do Jequitinhonha.

Em resumo, o resultado da reunião foi o que se segue:

- Aprovação de Requerimento de Indicação a ser submetido à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para que os ministros do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil articulem a criação de Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural;

- Recomendação no sentido de que os integrantes das Subcomissões do Leite e da Agricultura Familiar e Extensão Rural, entre outros Parlamentares, realizem gestões para que percentual dos recursos oriundos da exploração da camada do Pré-Sal sejam destinados à Assistência Técnica e Extensão Rural;

- Indicada a integração à Subagrif do Deputado Carlos Magno;

- Desenvolvimento de esforços para a criação de Fundo de Assistência Técnica e Extensão Rural para o segmento leiteiro, considerado estratégico ao desenvolvimento do País.

17ª Reunião Ordinária Deliberativa

Reunião realizada em 14/12/2011, para realização de um balanço das atividades desenvolvidas pela Subleite em 2011 e discussão do cronograma das atividades da Subcomissão em 2012.

Os trabalhos da Subcomissão se iniciaram em meados de 2011 e tendem a ter um amadurecimento rápido. Estamos com “as rédeas nas mãos” e chegamos a importantes resultados.

Abriu-se um debate que colocará o setor em condições de competitividade.

Como bem salientou o nobre Deputado Zé Silva, “foi possível fazer política da forma que acreditamos”.

Em 2012, serão realizadas:

- Audiências Públicas;
- Audiências nos Ministérios;

- Encontros nos estados;
- avaliação do mercado externo: o caso das importações de leite proveniente do Uruguai ainda precisa ser resolvido;
- discussão sobre o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA;
- discussão sobre a IN MAPA 51/2002;
- discussão sobre o Código Florestal;
- discussão sobre Medida Provisória que trata do PIS-Cofins.

Encontros regionais deverão realizar-se no primeiro semestre de 2012 e uma conferência nacional, em setembro de 2012. O primeiro encontro regional será no Nordeste.

No tópico seguinte apresentamos, de forma sucinta, o teor de cada um dos Encontros realizados nos Estados.

III – ENCONTROS NOS ESTADOS

1 – ENCONTRO EM JUIZ DE FORA – MG, NO FÓRUM DAS AMÉRICAS 2011

Em 14 de julho de 2011, realizou-se, em Juiz de Fora – MG, o primeiro Encontro programado pela Subleite, contando, além deste relator, com a presença de Pedro Antônio Arraes Pereira, Presidente da Embrapa; Duarte Vilela, Chefe Geral da Embrapa Gado de Leite; Deputado Domingo Sávio, Presidente da Subleite; Deputado Paulo Piau; e Deputado Celso Maldaner. Compareceram também representantes do Setor Leiteiro Nacional – Governo (Federal e Municipal), Sindicatos, Organizações, Academia, C&T e Indústrias.

A partir das discussões realizadas, a Embrapa organizou uma Agenda Político-Institucional, que inclui ações de curto, médio e longo prazos, a saber:

- Ações de curto/médio prazos:

- Redução da carga tributária incidente sobre os equipamentos e os insumos utilizados na pecuária de leite, a exemplo dos modelos já aplicados nas cadeias de suínos e aves;
- Valorização do produtor e da produção de leite (remuneração justa e pagamento por qualidade);
- Indicação para unificação das normas e padrões de qualidade do leite no País (IN 51/2002, do MAPA).

- Ações de médio prazo:

- Revisão das políticas de importação de lácteos, principalmente nas transações com Argentina e Uruguai;
- Definição de linhas de financiamento e isenção fiscal para pequenas e médias indústrias de laticínios.

- Ações de curto prazo, com reflexo em longo prazo:

- Incremento da P&D no País, incluindo a proposição do PAC 2012-2015 para C&T;
- Solicitação junto ao MAPA de maior agilidade nos registros de produtos e publicação do novo RIISPOA;
- Cooperação científica, tecnológica e comercial com parceiros internacionais emergentes, como a China, e participação mais ativa do País em organismos internacionais como a Federação Internacional de Leite (FIL/IDF)

A Embrapa Gado de Leite apresentou uma Agenda de P,D&I alicerçada em Programas Estruturantes, constituídos por Projetos Estratégicos de P,D&I e Transferência de Tecnologia, direcionados para áreas-

chaves como qualidade do leite, bioenergética e sustentabilidade da propriedade leiteira, gestão da propriedade e capacitação de multiplicadores.

a). Projetos Estratégicos de P,D&I

- Acompanhamento de indicadores e determinação do índice de custo de produção de leite;
- Sistema de vigilância epidemiológica no controle da mastite (patógeno: *Streptococcus agalactiae*), com o objetivo de identificar rebanhos positivos, propondo medidas de controle e a criação de um programa nacional;
- Caracterização da composição do leite no Brasil, estabelecendo padrões nacionais, que terão aplicação direta nos programas de pagamento de leite por qualidade;
- Desenvolvimento de tecnologias para estruturação de sistemas de pecuária leiteira de baixo carbono (estímulo a ILPF e ao plantio direto, redução das áreas degradadas, novos estudos com fixação biológica de nitrogênio);
- Estabelecer normas e padrões de alimentação para os rebanhos brasileiros visando à produção sustentável de leite nos trópicos;
- Manipulação natural do perfil de ácidos graxos no leite de vacas, com o objetivo de reduzir os teores dos ácidos graxos do leite relacionados a doenças cardiovasculares e aumentar os níveis de ácido linoleico no leite, o qual apresenta propriedades anticarcinogênicas e antiteratogênicas;
- Aplicação de técnicas de genômica e animais transgênicos (biofábricas) para a produção (curto/médio prazo) de vacinas recombinantes e kits diagnósticos para controle de doenças em animais domésticos de interesse econômico, bem

como produção de biofármacos (medicamentos recombinantes) para aplicação na saúde humana;

- Proposição de metodologias de detecção de patógenos, aplicando técnicas moleculares de resposta rápida, visando ao controle biológico em áreas alfandegárias;
- Controle biológico e caracterização de resistência ao carrapato em bovinos, como alternativa para atender a uma pressão do mercado consumidor, que tem demandado produtos finais mais saudáveis, sem resíduos químicos e produzidos em condições adequadas que visam à menor agressão ao meio ambiente.

b) Transferência de Tecnologia

- Difusão dos programas de capacitação em pecuária de leite para formação de técnicos multiplicadores (profissionais da extensão e assistência técnica rural).

2 – ENCONTRO EM ESTEIO – RS

Em 1/9/2011, a Subleite se reuniu em Esteio-RS, durante a Expointer.

Debateu-se a situação da cadeia produtiva do leite com a participação de produtores gaúchos e representantes de entidades do setor do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Na reunião ficou evidenciada a importância da produção de leite para a economia gaúcha, já que o setor representa 2,7% do PIB estadual, cerca de R\$ 6 bilhões por ano, produz 3,4 bilhões de litros de leite por ano e tem registrados 232 laticínios. Segundo o IBGE, o estado produz 12% da produção nacional.

As preocupações com a entrada de leite dos países do Mercosul também foram relatadas.

3 – ENCONTRO EM BELO HORIZONTE - MG

Dando prosseguimento a uma série de reuniões para a elaboração de marco regulatório da Política Nacional do Leite, realizou-se Encontro em Belo Horizonte – MG, em 12 de setembro de 2011, onde reunimos com representantes de produtores, cooperativas e laticínios de Minas Gerais. Os mineiros, juntamente com os gaúchos, lideram o *ranking* nacional da produção do leite.

O Encontro foi conduzido por uma comissão parlamentar formada por nós e pelos deputados federais Domingos Sávio, Paulo Piau e Celso Maldaner, além da participação do diretor geral da Federação Internacional de Lácteos (FIL), Christian Robert; e do gerente Executivo do Polo de Excelência de Leite e Derivados, Geraldo Dusi.

Questionamos produtores, beneficiadores e comerciantes de leite sobre os aspectos sanitários, fiscais e ambientais, além de indagações sobre a carga tributária, as medidas de proteção e fixação de preços, o combate aos cartéis, a pesquisa e a inovação.

4 – ENCONTRO EM CURITIBA-PR

Em 16 de setembro de 2011 realizou-se Encontro em Curitiba – PR, numa iniciativa do Deputado Reinhold Stephanes, a primeira reunião da Subleite no estado do Paraná.

Além deste relator, estiveram presentes o Deputado Reinhold Stephanes, várias lideranças do setor e representantes dos setores público e privado, produtores de leite integrantes da Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP e diversos industriais que integram o SINDILEITE. Participaram, ainda, Rogério M. Dereti, Gestor do Núcleo Regional Sul de Pesquisa e Transferência de Tecnologia – Embrapa Florestas; Ronei Volpi, Superintendente do Senar, que apresentou as reivindicações dos produtores; e Wilson Thiesen, que trouxe as reivindicações da indústria. As principais reivindicações são:

- Combater a guerra fiscal, desonerar máquinas, equipamentos e insumos de PIS/COFINS;

- Combater o efeito da concentração das redes de distribuição;
- Combater importações predatórias;
- Aperfeiçoar as leis trabalhistas;
- Unificar SIF-SIP-SIM e fiscalizar 100% dos estabelecimentos;
- Melhorar a infraestrutura de estados, incentivar o aproveitamento de energia elétrica, etc.;
- Implementar programas de melhoria permanente da qualidade do leite;
- Incentivar a implementação de programas de pagamento por qualidade;
- Implementar/intensificar a assistência técnica;
- Intensificar treinamento e capacitação para produtores e para o setor industrial e de captação;
- Adequar linhas de crédito para produtores e indústrias;
- Valorizar o produtor e a produção de leite (remuneração justa e pagamento por qualidade);
- Indicar a unificação das normas e padrões de qualidade do leite no Brasil (Instrução Normativa MAPA nº 51, de 2002).

5 – ENCONTRO NO RIO DE JANEIRO (RJ)

Em 3 de outubro de 2011 foi realizado no Rio de Janeiro – RJ Encontro que contou com a participação deste relator, do Secretário da Agricultura do Rio de Janeiro, Christino Áureo, do Deputado Domingos Sávio, do Deputado Carlos Magno e o do Deputado Estadual Rogério Cabral.

Na reunião, Christino Áureo defendeu a criação de um pacto nacional federativo no âmbito do agronegócio, voltado para o leite, com o objetivo de proteger o produtor nacional. Destacou a necessidade de uma correta tributação entre os estados. Segundo o Secretário de Agricultura, no Rio de Janeiro foi necessário aprovarem-se quatro leis diferentes para proteger

a produção do estado e diminuir o preço ao consumidor, porquanto outros estados estabeleceram a denominada guerra fiscal.

Colhemos, assim, mais alguns subsídios para a elaboração de uma Política Nacional para a cadeia produtiva do leite.

6 – ENCONTRO EM CHAPECÓ – SC

A Subleite promoveu Encontro em 24 de outubro de 2011, em Chapecó – SC.

Além deste relator, participaram os Deputados Domingos Sávio e Celso Maldaner, Mauro de Nadal, Dirceu Dresh, autoridades federais e estaduais, prefeitos, produtores, técnicos, cooperativas, laticínios e representantes da Federação da Agricultura de Santa Catarina (FAESC), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaesc) e da Fetraf.

Dentre os assuntos discutidos, merece destaque o grande volume de leite importado pelo Brasil e que prejudica o mercado interno.

Atribuiu-se grande importância ao incentivo ao consumo de leite, a ser implementado pelo governo federal, à padronização das cargas tributárias entre os estados, ao auxílio ao produtor e à adequação do sistema produtivo à IN MAPA nº 51/2002.

Outros pontos discutidos dizem respeito aos aspectos sanitário, ambiental, medidas de proteção e fixação de preços, combate aos cartéis, pesquisa e inovação tecnológica, campanhas de incentivo ao consumo e melhoria da imagem do produto brasileiro.

Nos últimos anos, a produção leiteira se transformou na principal atividade nas propriedades rurais catarinenses. Atualmente são aproximadamente 60 mil produtores rurais em Santa Catarina, presentes em 80% dos estabelecimentos com até 50 hectares (agricultura familiar), onde o leite constitui a principal renda da família.

Em 2010, a produção de leite no estado atingiu 2,38 bilhões de litros e a estimativa para 2011 é de 2,60 bilhões de litros.

O Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional, Valdir Colatto, discorreu sobre o Projeto de Lei nº 8.023, de 2010, em tramitação na Câmara dos Deputados,

que trata do sistema de integração – leite, aves, suínos, entre outros – entre produtores (integrados) e agroindústrias (integradoras).

A realização do Encontro em Chapecó justificou-se pelo fato de que a cidade é sede de uma das maiores feiras do setor, a MERCOLÁCTEA, além de estar estrategicamente localizada no centro de uma das maiores e mais promissoras bacias leiteiras do Brasil, formada pelas microbacias dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

7 – ENCONTRO EM JI-PARANÁ – RO

Em 24 de novembro de 2011 foi realizada em Ji-Paraná, no estado de Rondônia, Encontro com representantes de sindicatos, associações, laticínios e autoridades municipais, estaduais e federais.

Participaram do Encontro, além do Relator, os Deputados Padre Tom, Carlos Magno, Nilton Capixaba; o Deputado Estadual Marcelino Tenório; o Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, Anselmo de Jesus; e o Presidente da Câmara Municipal, Nilton Cesar.

No estado, a produção de leite, segundo os produtores, aumentaria muito se não fossem o alto custo de produção e a falta de uma política de preço. O estado conta, hoje, com 40 mil produtores de leite.

Para o Deputado Carlos Magno, membro da Subleite, é preciso identificar os pontos de estrangulamento no Brasil, estabelecendo mecanismos de proteção do mercado interno de importações de produtos subsidiados e definindo políticas que valorizem o pequeno produtor.

IV - MISSÃO À FRANÇA

Com a finalidade de conhecermos a realidade da produção leiteira na França, país referência no segmento, e de colhermos subsídios que possam concorrer para o fortalecimento do produtor brasileiro, realizou-se viagem de membros da Subleite àquele País.

Além do Relator, participaram da missão os Deputados Domingos Sávio e Zé Silva.

Participamos de reunião de trabalho, em Paris, com representantes do governo francês, Srs. Pierre Grener e Afonso Richal, e na

Confederação Nacional da Agricultura da França, com representantes do setor leiteiro daquele País.

Na visita ao Ministério da Agricultura da França houve uma explanação sobre o processo histórico de evolução da produção leiteira, do modelo de tributação e do conceito de agricultura familiar, que independe do tamanho da produção.

O governo francês esclareceu que orienta e supervisiona as ações do setor. As ações de fiscalização e controle são feitas por amostragem.

O Ministério é supervisor de uma grande escola técnica que faz a interface entre educação e pesquisa no setor leiteiro.

A Central Nacional do Leite é composta por representantes dos produtores, das cooperativas e das indústrias. Funciona de maneira semelhante aos Conseleites brasileiros.

O processo de planejamento é definido pela cadeia do leite. Elabora-se um documento, acordado entre as partes, em que se estabelecem as obrigações, por um período de tempo. O último foi de 5 anos.

A instituição dispõe de um grupo de estudos, que produz e acompanha os dados referentes ao setor, sobre produção, mercado externo e interno, pesquisa e extensão rural.

O governo francês atua como parceiro na supervisão do processo.

Visitamos, também, o Parlamento francês, acompanhados de um Deputado Federal, que apresentou toda a estrutura da Assembleia Nacional da França, onde acompanhamos uma sessão de votação do orçamento para 2012.

Visitamos fazendas de produção de leite e fábricas de queijo em Besançon, nas proximidades da fronteira com a Suíça.

Na França, os queijos não utilizam leite pasteurizado. A prática, entretanto, não é bem vista no Brasil.

A questão tributária é totalmente diversa daquela praticada no Brasil. No modelo francês, 0,6% do valor arrecadado são desonerados pelo Estado e, posteriormente, aplicados em pesquisas para a melhoria da produção.

Na França, o preço do leite é determinado mensalmente pelos Conselhos, bem como os convênios para assistência técnica e extensão rural.

Naquele país, o sindicato representa o setor leiteiro, diferente, portanto, de países como o Brasil, onde há sindicatos de produtores e outros que representam as indústrias.

A França dispõe de um nível de tecnologia que permite, por exemplo, que um produtor produza mais de mil litros/dia.

O processo é feito por instrumental mecânico: cada vaca carrega um *chip* na coleira e, quando entra na baia, são repassadas para um sistema específico todas as informações sobre aquele animal, como, por exemplo, a quantidade de alimentação de que necessita, medicação, vacinas etc. Todo o manejo zootécnico é programado para se adequar à sua capacidade de produção, perfil anatômico e consumo individual.

75% da produção de leite e derivados cabem a indústrias e cooperativas de grande porte e 25%, a indústrias de menor porte. O processo de cura é feito por empresas de diferentes portes. O sistema é informatizado e controlado por 3 ou 4 pessoas.

A França tem um dos sistemas mais simples e avançados do mundo, primando pela qualidade.

Sobre o assunto, vale transcrever trecho do relatório do Deputado Zé Silva, sobre a missão, quando assim se expressou:

“Lições da Missão Técnica

1 – As leis francesas para a agricultura são construídas pelos componentes das cadeias produtivas e sugeridas ao Governo e Congresso, que depois são institucionalizadas.

2 – A principal fonte de arrecadação que mantém o apoio aos produtores, da assistência técnica à promoção dos produtos, é através da

contribuição voluntária/obrigatória; é voluntária até ser sugerida e obrigatória para todos após ser institucionalizada.

3 – A França tem população de aproximadamente 65 milhões de habitantes e recebe 80 milhões de turistas por ano, pois valorizam seus produtos (como o queijo e o vinho).

4 – A rastreabilidade dos produtos derivados de leite e a certificação são políticas de Estado que garantem segurança alimentar e agrega valor aos produtos.

5 – A fiscalização da implementação das regras contidas nos cadernos de normas de certificação e rastreabilidade dos produtos é feita pelas organizações dos produtores e supervisionada pelo Estado.

6 – As organizações dos produtores (incluindo da produção à comercialização) definem a cota máxima (250 mil litros/ano) que cada produtor pode produzir. Acima desta cota não há garantia de preços nem da compra do produto.

7 – O processo do leite não é concentrado nas mãos de poucas empresas ou cooperativas; há um grande número de pequenas fábricas (queijarias) de grupos de produtores (que processam de 7 a 10 mil litros de leite/dia).

8 – Há a cultura associativa no processamento e uma consciência da necessidade de escala e qualidade na maturação.

9 – A assistência técnica é feita por diversas entidades, cada uma em setores específicos, destacando inclusive a assistência contábil.

10 – A tributação dos produtos agrícolas é calculada no saldo apurado ao final do exercício, com isto não há bitributação.

11 – A mecanização é feita por uma entidade especializada, que é dos produtores em sistemas de autogestão.

12 – O financiamento da assistência técnica e promoção do queijo é feito com recursos da placa de rastreabilidade, onde o produtor paga $\frac{1}{4}$, o curador/maturador $\frac{1}{4}$, laticínios $\frac{1}{4}$ e comerciante $\frac{1}{4}$ (cada placa custa 4,65 euros).

13 – Um ponto importante é que as conquistas sociais que há nas cidades, estão também na área rural, como é o caso dos correios, estradas pavimentadas, que garantem igualdade entre população da cidade e do campo. Caminho longo que o Brasil precisa percorrer.”

V – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em 15 de dezembro de 2011, foi realizada reunião de audiência pública para discussão do balanço das atividades da Subleite e do cronograma das atividades para 2012. Participaram da audiência:

- Ênio Antônio Marques Pereira – Diretor do Programa da Área Animal e Secretário da Defesa Agropecuária Substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

- Duarte Vilela – Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – Gado de Leite;

- Edson Carlos de Quadra – Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina e representante do Secretário da Agricultura do Estado (João Rodrigues);

- Vicente Nogueira – Coordenador da Câmara do Leite da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;

- Rodrigo Sant’Anna Alvim – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

- José Edson Rosolen – Superintendente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite – ABPL;

- Luiz Fernando Esteves Martins – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Queijo – ABIQ;

- Wilson Zanatta – Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado do rio Grande do Sul – Sindilat/RS.

Wilson Zanatta, Presidente do Sindilat/RS, destacou que no Brasil existem 1.676 estabelecimentos de Laticínios. No Rio Grande do Sul, são 232. Em 2010, o Brasil produziu 30,6 bilhões de litros de leite e a Argentina, por seu turno, 10,40 bilhões. No Rio Grande do Sul, dos 496 municípios, 449 produzem leite (90,52%).

O consumo *per capita* de leite no Brasil, em 2010, foi de 161 litros/ano. Na Argentina, foi de 203 e a indicação da OMS é de 220 litros/ano.

Em 2010, o Brasil exportou 104.630.088 kg de leite e importou 149.229.937 kg. De janeiro a outubro de 2011, exportou 73.828.655 kg e importou 164.770.823 kg de leite. Das importações brasileiras de lácteos, 56,5% vêm da Argentina e 31,3%, do Uruguai.

De acordo com o expositor, os desafios para a cadeia de leite, são, dentre outros, os que se seguem:

- Guerra fiscal no mercado interno;
- Profissionalização do produtor;
- Maior coordenação do setor.

A Chefe-Adjunta de Transferência de Tecnologia da Embrapa, Elizabete Fernandes Nogueira, após reafirmar as ações de curto prazo, as de curto prazo com reflexo a longo prazo e as ações de médio prazo, destacou a importância da criação do Índice de Produção do Leite no Brasil (ICP leite), cujo objetivo é implantar um centro para monitorar o índice de custo de produção do leite a nível regional e nacional, baseando-se em fazendas-modelo, de forma a facilitar as tomadas de decisão.

O representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Edson de Quadra, destacou, dentre outros assuntos, as propostas da Câmara Setorial de Leite, que são as que se seguem:

- Equalização da fiscalização: SIF, SIE e SIM;
- Suspensão da liberação automática de importação de lácteos dos países do Mercosul;

- Realização de encontro em Chapecó;
- Reunião com a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, destacou que em 2011 as principais pautas do setor foram as discussões da IN 51/2002 do Mapa e das importações de lácteos.

A agenda para 2012 pretende:

1 – Consolidar Grupo de Trabalho de Qualidade do Leite, com vista a:

- Ampliar e melhorar a capacitação técnica dos produtores;
- Disponibilizar crédito aos produtores para a aquisição de tanques de resfriamento de leite e equipamentos de ordenha mecânica;
- Estimular as indústrias a pagarem por qualidade através de mecanismos de obtenção de crédito;
- Implementar programa de treinamento para agentes de coleta das indústrias;
- Padronizar os serviços oferecidos pelos laboratórios da RBQL;
- Melhorar a infraestrutura rural.

2 – Defesa comercial, que inclui:

- Renovação dos direitos antidumping sobre o leite em pó da União Europeia e Nova Zelândia;
- Estabelecimento de cotas para o leite em pó do Uruguai e para o queijo argentino.

3 – Redução do custo de produção do leite, através de:

- Isenção de PIS/COFINS incidente sobre ração e sal mineral;
- Estímulo a programas de assistência técnica.

4 – Defesa sanitária, mediante:

- Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes;
- Programa de Combate e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.

5 – Fomento ao consumo de lácteos.

Ênio Marques, do Mapa, destacou o papel fundamental desempenhado pela Subleite. Segundo o expositor, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural tem a responsabilidade de fiscalizar políticas e o segmento do leite nunca teve a oportunidade de usar esse mecanismo.

De acordo com o conferencista, o Plano Plurianual 2012/2015 tem iniciativas novas que vão acelerar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

Conforme declarações de Ênio Marques, o RIISPOA é um exemplo de casamento com o passado. É necessário atualizá-lo. Segundo ele, a IN 51/2002 do MAPA está equacionada.

Ao final da reunião, a Embrapa enalteceu a importância dos trabalhos desta Subcomissão e o empenho de seu presidente e relator na defesa da pesquisa e da inovação para a produção de leite. Todos os expositores elogiaram a atuação da Subleite e destacaram a sua importância.

VI - ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA SUBLEITE

1 – Apresentação de nota técnica ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Relator e o presidente da Subleite, Deputado Domingos Sávio, encaminharam notas técnicas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a exportação desregulada de leite no âmbito do Mercosul, em especial da Argentina e do Uruguai, para o Brasil.

A elaboração de documento foi acordada durante reunião dos membros da Subcomissão com o Secretário de Política Agrícola daquele Ministério.

O texto foi redigido pelos membros da Subleite em parceria com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Conseleite.

2 – Amplo debate com setores do governo federal – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

Os membros da Subleite realizaram inúmeras visitas e participaram de várias reuniões nos órgãos envolvidos para tratar da importação do leite em pó da Argentina, Uruguai e Chile, discutindo, principalmente, a renovação das cotas do produto advindo da Argentina. O Trabalho da Subcomissão foi importantíssimo e contribuiu de forma decisiva para a prorrogação do acordo comercial com a Argentina, cancelado em 18 de novembro de 2011.

A nova cota será de 3,6 mil toneladas/mês, volume inferior ao pretendido inicialmente pelos argentinos, de 5 mil toneladas/mês. O acordo antigo era de 3,3 mil toneladas/mês.

A Subleite esteve à frente das negociações junto aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e considera o novo acordo uma vitória para o País, eis que há meses havia um impasse, debatendo-se os termos do acordo, enquanto a Argentina exportava elevados volumes. A entrada desregrada de leite proveniente dos países do Mercosul, a preços reduzidos, deixa os produtores brasileiros em desvantagem competitiva, podendo muitas vezes ser levados à insolvência.

Há, ainda, a necessidade de se estabelecer um acordo que limite as importações de leite do Uruguai e do Chile. Segundo informações recebidas, a produção chilena de leite é insuficiente para abastecer seu próprio mercado; logo, o aumento das exportações de leite do Chile para o Brasil pode indicar prática de triangulação, envolvendo produto de outros países.

3 – Reunião com representantes da EMBRAPA

A Subleite reuniu-se com representantes da Embrapa em 14/9/2011, para afinar a parceria entre o órgão e o colegiado na elaboração de uma Política Nacional de Leite.

Na reunião, os altos custos de produção foram mais uma vez discutidos, posto que se refletem diretamente na perda de competitividade pelo produtor brasileiro. A proposta de pagamento por qualificação, implicando uma remuneração mais justa, assim como investimentos maciços em assistência técnica, foram reiterados.

A Embrapa defendeu mecanismos permanentes para o controle da importação e a reedição do Regulamento de Inspeção Industrial de Produtos de origem Animal (RIISPOA), com vista à modernização do setor.

Foram dadas, também, explicações sobre a IN nº 51/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

4 – Criação de um fundo de assistência técnica e extensão rural

A Subleite defendeu a criação de um fundo de assistência técnica e extensão rural em parceria com as instituições estaduais de ATER e com a EMBRAPA Gado de Leite.

Os recursos acumulados por esse fundo deverão ser repassados às instituições estaduais de ATER e, subsequentemente, aos técnicos envolvidos na melhoria da produção leiteira.

O fundo irá aproximar os produtores das pesquisas realizadas pela Embrapa. A criação do fundo é um investimento. Cada centavo se pagará com o aprimoramento da cadeia produzida e o aumento da competitividade.

5 – Apresentação do Projeto de Lei nº 2.353, de 2011

Apresentamos o Projeto de Lei nº 2.353, de 2011, de nossa autoria e dos Deputados Domingos Sávio, Carlos Magno, Zé Silva, Celso Maldaner, Josias Gomes, Vitor Penido e Raimundo Gomes de Matos, todos membros da Subleite, com vista a alterar o § 9º ao art. 15 da Lei nº

8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública direta e indireta.

É preciso que o mercado brasileiro seja protegido da entrada indiscriminada de leite estrangeiro, especialmente nos casos de produtos subsidiados, sob risco de desarticulação da atividade econômica nacional e seus imediatos reflexos sobre preços, empregos e renda da população brasileira.

Não se trata de fechar o mercado brasileiro aos produtos externos, mas de encontrar mecanismos de proteção para um setor importantíssimo na economia do País, patrimônio de toda a sociedade.

Neste sentido, o projeto tem por objetivo proteger o mercado interno, proibindo a aquisição de leite importado por órgãos e entidades da administração pública na implementação de suas políticas sociais. A proposição parte da ideia de que o Estado, usando seu poder de compra, deve agir concretamente para fortalecer a produção interna de leite. Para tanto, é necessário que se inclua regra clara sobre a matéria na lei que estabelece as normas de contratação do setor público – Lei nº 8.666, de 1993.

6 – Reunião conjunta da Subleite e Subcomissão Especial da Agricultura Familiar, da Extensão Rural e das Energias Renováveis

Em reunião conjunta, as Subcomissões do Leite e da Agricultura Familiar e Extensão Rural reuniram-se em 7/12/2011 para tratar do assunto extensão rural e assistência técnica, ocasião em que foi reafirmada a importância da pesquisa e da assistência técnica para o aprimoramento da produção agrícola.

O investimento nesses instrumentos de política agrícola são imprescindíveis para a sustentabilidade da produção. Defendeu-se a elaboração de um documento propositivo em que conste a necessidade de investimento do governo no setor.

Atualmente, verifica-se a proporção de um técnico para cada 1,2 mil produtores, quando o ideal seria 1 para cada 100.

A atividade leiteira é muito complexa, envolve muitos fatores, daí a importância da orientação técnica para o setor.

Pequenos produtores de leite constituem a maioria no setor e carecem de informações básicas sobre o sistema produtivo. A falta de orientação técnica contribui para os baixos índices de produtividade e de rentabilidade atualmente verificados na atividade leiteira.

A assistência técnica ao produtor de leite deve ser contínua.

VII - SÍNTESE DAS INICIATIVAS EM 2011

1 – INICIATIVAS

- Amplo debate com setores do governo federal – Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –, o que em muito contribuiu para a prorrogação do acordo comercial com a Argentina, cancelado no mês de novembro de 2011.

- Debate com o setor para criação dos Conseleites estaduais.

- Busca de alternativas para coibir a guerra fiscal nas transações interestaduais para a comercialização do leite.

- Apresentação do Projeto de Lei – de autoria deste relator, com o apoio dos demais membros da Subcomissão –, que proíbe a aquisição de leite importado para ser usado em programas sociais do governo ou em licitações públicas.

- Apresentação de nota técnica sobre a entrada desregulada de leite no Brasil – proveniente do Uruguai, Argentina e Chile –, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Defesa da criação de um fundo para prover recursos aos serviços de assistência técnica e extensão rural, em parceria com as instituições estaduais de ATER e com a EMBRAPA Gado de Leite.

2 – Debates nos principais estados produtores e consumidores de leite e visita a um país da Europa:

- Juiz de Fora (MG), no Fórum das Américas;

- Esteio (RS), na Expointer;
- Belo Horizonte (MG);
- Rio de Janeiro (RJ);
- Chapecó (SC);
- Ji-Paraná (RO);
- França (país referência no segmento).

VIII - COMENTÁRIOS FINAIS

No ano de 2011, a Subleite ouviu e colheu sugestões de representantes de diversos segmentos do setor lácteo, como entidades de classe, políticos, empresários, cooperativas e produtores, comprometendo-se a encaminhar as questões levantadas aos Ministérios envolvidos.

Por meio de um trabalho de médio e longo prazos, a Subcomissão tem a certeza de obter resultados amplos que trarão benefícios a toda a cadeia produtiva do setor lácteo: desde a produção, passando pela industrialização e comércio, até chegar ao consumidor final.

Os trabalhos da Subcomissão vão ao encontro da necessidade de um preço justo para o produtor, trabalhando para reduzir a carga tributária que pesa sobre o leite e seus derivados e cuidando de evitar importações abusivas de leite e derivados em um país que deveria ser exportador de leite, podendo assim destruir a indústria nacional.

O Brasil possui 1,2 milhão de propriedades que trabalham com leite e deve desenvolver um trabalho mais sólido de suporte técnico-científico ao setor.

RELATÓRIO DE 2012

I – REUNIÕES ORDINÁRIAS EM 2012

Continuando as atividades da Subleite em 2012, até o momento foram realizadas as seguintes reuniões ordinárias:

1ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de março de 2012:

Houve discussão sobre a possibilidade de recondução do Deputado Domingos Sávio à presidência da Subcomissão. A instalação e eleição do presidente foram transferidas para a 2ª Reunião Ordinária.

2ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de março de 2012:

Com 06 (seis) votos favoráveis, foi reeleito presidente da Subcomissão o Deputado Domingos Sávio, o qual manteve a designação do Deputado Alceu Moreira como relator.

3ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2012:

Foram definidas as datas de realização dos encontros estaduais com vista a reunir produtores e demais segmentos da cadeia produtiva do leite.

Foram aprovados encontros no Rio Grande do Sul, Ceará, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná.

Foi aprovada uma proposta de requerimento ao Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com o objetivo de convocar uma reunião com representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; da Organização das Cooperativas Brasileiras e da Confederação de

Agricultura e Pecuária do Brasil para debater a MP 552/2011 e encontrar mecanismos para que o produtor de leite e a cadeia de leite não sejam prejudicados.

4ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2012:

Foram as seguintes as deliberações:

1) ORGANIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS:

Para realização das conferências estaduais do leite no primeiro semestre de 2012, preparatórias à Conferência Nacional do Leite, a ser realizada no mês de novembro de 2012, serão criados comitês estaduais, cuja coordenação – inclusive a criação do comitê – caberá a um deputado do estado, dentre os integrantes da Subcomissão do Leite, ou, não havendo possibilidade, preferencialmente, a um deputado integrante da CAPADR, adotando-se, sempre que possível, a seguinte composição:

Representante da classe dos trabalhadores;

Representante dos produtores;

Representante de cooperativas;

Representante da indústria;

Representante das prefeituras;

Representante do Governo do Estado;

Representante da Emater;

Representante do Governo Federal no Estado;

Representante da Assembleia Legislativa (Comissão de Agricultura ou equivalente);

Deputado Federal do Estado (coordenador).

AGENDA:

Data	Estados
21/05	Minas Gerais
24/05	DF e Goiás
11/06	Rio de Janeiro
14/06	Paraná
15/06	Santa Catarina
16/06	Rio Grande do Sul
18/06	São Paulo

22/06	Rondônia
28/06	Bahia
29/06	Ceará

2) REUNIÕES MINISTERIAIS

Com o objetivo de encontrar solução para o problema da importação do leite, que tem prejudicado os produtores nacionais.

5ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de abril de 2012:

Proposta de assuntos que seriam discutidos naquele dia com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A principal questão a ser tratada seria a necessidade de diminuição da importação de leite pelo Brasil, vez que outros países oferecem o produto a preços muito baixos, implicando concorrência predatória ao produto nacional.

Outra questão seria a solicitação da indicação de um representante do supracitado Ministério para fazer uma explanação sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, bem como sobre a vigência da Instrução Normativa 62/2012, que dispõe sobre normas de produção e qualidade do leite, a qual modificou a Instrução Normativa 51/2002.

O Deputado Domingos Sávio propôs a inclusão, nos encontros estaduais, do tema “Contribuição do Setor”, que seria uma taxa ou imposto cobrado sobre o preço do produto final do leite e gerido, em conjunto, pelos setores público e privado.

6ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2012

Foi aprovada a realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de audiência pública para que o governo informe à Câmara dos Deputados a política adotada para o controle da importação predatória de leite subsidiado, sem origem definida e de derivados lácteos.

A subcomissão decidiu apoiar pleito da ABCZ para instalação de laboratório, na região do triângulo mineiro, em benefício do setor leiteiro, bem como o pleito da instituição de um piso salarial nacional para os fiscais, em patamar superior aos salários praticados atualmente.

Decidiu-se que os temas a serem abordados nas conferências seriam os que se seguem:

- 1- Fixação de preço justo para os produtores;
- 2- Combate aos cartéis na produção de insumos lácteos;
- 3- Estabelecimento de mecanismos de proteção do mercado interno em função das importações de produtos subsidiados;
- 4- Redefinição da carga tributária sobre o leite *in natura*;

7ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de maio de 2012;

Foi aprovada a entrega, por uma comissão de parlamentares, dos ofícios – convites aos titulares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para participação na Audiência Pública sobre Importação de lácteos.

Deliberaram que a mesma comissão de deputados deveria solicitar pessoalmente que os supracitados órgãos indiquem claramente que ações já foram realizadas ou que se pretendem realizar para que cessem os prejuízos aos produtores de leite decorrentes das importações crescentes de lácteos, sobretudo do Uruguai, Chile e Argentina.

Decidiram apresentar, para atender a normas regimentais, requerimento assinado por 14 (quatorze) membros da CAPADR, para aprovação do cronograma das conferências estaduais e da Conferência Nacional.

Aprovou-se a expedição de ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com convite ao diretor do Departamento de Saúde Animal para comparecer à Reunião Ordinária da Subleite, com o escopo de discutir o RIISPOA e outros assuntos referentes à saúde animal de interesse do setor leiteiro.

8ª Reunião Ordinária. Audiência Pública, realizada em 29 de maio de 2012:

A audiência pública contou com a presença dos membros da Subleite e representantes da Confederação de Agricultura e Pecuária do

Brasil (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), de sindicatos, cooperativas e indústrias de laticínios, além de representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A audiência pública se destinaria a “que o Governo Federal informe à Câmara dos Deputados a política adotada para o controle da importação predatória de leite subsidiado, sem origem definida e de derivados lácteos, que sérios prejuízos tem causado à economia brasileira, objeto de requerimento nº 205/12, de autoria dos Deputados Domingos Sávio e Alceu Moreira.

O Deputado Alceu Moreira informou sobre os inúmeros contatos ministeriais mantidos pela Subleite e ressaltou que os resultados até aquele momento eram poucos. Disse ainda que “depois de cada reunião a impressão que fica é que se passa uma borracha e tudo é esquecido”.

Rodrigo Alvim, presidente da Câmara Setorial do Leite e representante da CNA, disse que a Argentina tem assinalado que não vai renovar o acordo com o Brasil enquanto outros países estejam exportando sem controle. Segundo o palestrante, o Uruguai aumentou 22% a produção no último ano sem ter aumentado o consumo. Esse leite está sendo exportado, de acordo com Alvim.

Segundo Gustavo Beduschi, analista de mercados da OCB, a produção brasileira ficou estagnada em 2010 e 2011, enquanto nos demais países tem aumentado. “É uma grande incerteza para os mais de quatro milhões de pessoas envolvidas na cadeia do leite apenas da porteira para dentro”, acrescentou.

Atendendo ao encaminhamento do Deputado Alceu Moreira, José Carlos Vaz, secretário-executivo do MAPA, Laudemir Müller, secretário de agricultura familiar do MDA e Marcos Fonseca, coordenador de defesa comercial do MDIC, se comprometeram a levar as reivindicações da Subleite para serem debatidas no encontro seguinte da Câmara de Comércio Exterior (COMEX), que congrega representantes de sete ministérios. Rita Milagres, do MDIC, informou que o ministério está atento ao problema e que já havia iniciado apoio a medidas setoriais do Plano Brasil, compreendendo leite e derivados.

9ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de junho de 2012:

Aprovado requerimento a ser examinado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para inclusão de conferência na Megaleite, dia 2 de julho, às 9h30, em Uberaba, Minas Gerais, no calendário de conferências regionais da Subcomissão objeto do Requerimento 212/2012, aprovado dia nove de maio na Comissão.

Aprovadas alterações nas datas das conferências futuras, com eventos dia 29 de junho no Rio Grande do Sul; 9 de julho no Rio de Janeiro; e data a ser definida no Paraná. Mantidas as demais datas.

Aprovado o Relatório da Conferência DF/Goiás, apresentado pela Deputada Jaqueline Roriz.

Aprovada a sugestão de realização de Conferência Nacional do Leite todos os anos e de organização de um Conselho Nacional do Leite durante a Conferência Nacional do Leite no segundo semestre de 2012.

Aprovado o escopo do trabalho dos delegados que serão eleitos nas conferências regionais de leite no primeiro semestre de 2012: contribuir para a elaboração de uma proposta de Política Nacional do Leite; organizar a mobilização da cadeia produtiva em sua região para a conferência Nacional do Leite.

Aprovada a sugestão de composição da delegação das conferências regionais: um representante de produtores; um representante da indústria; um representante dos trabalhadores; um representante das cooperativas; um representante dos órgãos governamentais regionais e um representante do setor técnico-científico.

Aprovada como sugestão aos comitês organizadores regionais a programação das conferências regionais, com duas horas de duração: abertura; exposição técnica (quinze minutos); debate (uma hora); conclusões e encaminhamentos (trinta minutos); eleição de delegados e deliberação de prioridades nacionais (cinco, por ordem de importância) e regionais.

Aprovados, como sugestão aos comitês organizadores regionais, os temas das conferências regionais: tributação; importação;

assistência técnica e extensão rural; questões sanitárias e comercialização (política de contratação e preço justo).

Decidiu-se que a Conferência do Rio de Janeiro terá a coordenação da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Agrária e Pesqueira da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Agricultura do Estado.

10ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de junho de 2012:

Discussão sobre a realização das conferências em Belo Horizonte, Minas Gerais e em Chapecó, Santa Catarina.

11ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de dezembro de 2012:

Decidiu-se pela mobilização contra a importação predatória de produtos lácteos oriundos de países integrantes do Mercosul, mobilização esta que ficou a cargo dos gabinetes dos Deputados Domingos Sávio, Alceu Moreira, Junji Abe e Zé Silva, inclusive com a entrega à Casa Civil da Presidência da República do abaixo-assinado levado a efeito por mais de vinte mil produtores de leite contrários a essa importação.

II – CONFERÊNCIAS ESTADUAIS EM 2012

Os principais estados produtores são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Santa Catarina. Em 2011, a produção brasileira ultrapassou 32 bilhões de litros de leite. Realizaram-se conferências naqueles estados e em outras unidades da federação produtoras de leite.

Conferência Distrital do Leite, realizada em 31 de maio de 2012, em Brasília-DF.

O evento foi coordenado pela Deputada Jaqueline Roriz, membro da Subleite.

Na ocasião foram apresentadas as seguintes propostas:

Objetivo geral: fortalecer o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e derivados no DF e no entorno.

Objetivo imediato 1: ampliar a eficiência dos programas de capacitação, assistência técnica e extensão rural voltados à produção de leite e derivados no Distrito Federal e entorno.

1.1 Modelo de produção intensiva em parceria com a indústria, instituições financeiras, empresa de extensão rural oficial e outras instituições envolvidas;

1.2 Programas de assistência técnica com foco na gestão, a exemplo de projetos como Balde Cheio, Educamp, e Brasília Leite Sustentável fortalecidos;

1.3 Associar programas de assistência técnica e capacitação de produtores e trabalhadores rurais, como, por exemplo, parcerias entre Emater/Senar;

Objetivo imediato 2: Melhorar a qualidade do leite produzido no DF, adequando a produção às exigências da IN nº 62.

2.1 Capacitação e assistência técnica aos produtores e trabalhadores do DF;

2.2 Capacitação dos agentes de coleta e transportadores de leite (laticínio);

2.3 Maior rigor e efetividade na fiscalização do leite e derivados no âmbito da produção, transporte e comercialização, pelos órgãos competentes;

2.4 Infraestrutura e logística rural (estradas e energia), incluindo a criação de um plano de asfaltamento para as principais estradas rurais no DF.

2.5 Implantação de pagamento por qualidade de laticínios.

Objetivo imediato 3: Aperfeiçoar os marcos regulatórios e institucionais da cadeia produtiva de leite e derivados do DF.

3.1 Regularização fundiária para facilitar o acesso a crédito por parte de produtores e laticínios;

3.2 Aperfeiçoamento do Programa de Combate e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;

3.3 Aperfeiçoamento do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes;

3.4 Conclusão da revisão do RIISPOA.

Objetivo imediato 4: Defesa Comercial

4.1 Manutenção do acordo de cotas do leite em pó com a Argentina e inclusão dos queijos no acordo;

4.2 Estabelecer um acordo de cotas com o Uruguai;

4.3 Elevação da TEC dos produtos lácteos para o máximo consolidado pela OMC.

Objetivo imediato 5: Melhorar a competitividade por meio de políticas de incentivo ao setor de leite e derivados.

5.1 Isenção da incidência do PIS/COFINS sobre a ração e sal mineral para a pecuária;

5.2 Harmonização tributária do ICMS para produtos lácteos entre os estados junto ao COFINS em uma alíquota de 2% para todos.

5.3 Políticas de incentivos para investimento em infraestrutura dos pequenos laticínios.

Conferência Estadual do Leite em Minas Gerais, realizada em 7/6/2012.

A reunião aconteceu, em Belo Horizonte, por ocasião da realização da Expominas/Superagro.

Conferência Estadual do Leite de Santa Catarina, realizada em 15/6/2012.

Um dos proponentes do evento foi o Deputado Celso Maldaner.

Promovida pela Subleite em parceria com a Cooperalfa, Aurora , Tirol e Piracanjuba e apoio da Unechapecó, OCESC, FAESC,

FETAESC, Sindileite/Conseleite, Fetsaf-sul, Epagri, Cidax, Superintendência do Ministério da Agricultura, Secretaria de Estado da Agricultura e Prefeitura Municipal de Chapecó.

Foram as seguintes as propostas na conferência:

1. Reciprocidade de regras entre países para importações

- . Mesmas condições – por exemplo: reserva legal fora e dentro do País.
- . Renovação dos direitos antidumping do leite em pó da Nova Zelândia e da União Europeia;
- . Negociação internacionais – acordo de cotas do leite em pó com a Argentina incluindo o queijo.

2. Lácteos importados fazendo parte de programas sociais e órgãos públicos

- . Projetos de lei proibindo órgãos públicos de licitar leite importado.

3. Política de incentivo ao consumo interno

- . Propagandas televisivas e em outras mídias;
- . Grupos de trabalho para cuidar da implantação da Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, em substituição à Instrução Normativa nº 51/2002, do Mapa.
- . Aperfeiçoamento do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes;
- . Aperfeiçoamento do Programa de Combate e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- . Cobrança de eficiência dos laboratórios.

4. Programas de incentivo à exportação

- . Para atingir os parâmetros previstos pela IN 62 – pagamento por qualidade, treinamento de transportadores e agentes de

plataforma das indústrias, capacitação e orientação técnica aos produtores, melhoria da eficiência dos laboratórios e análise do leite, melhoria da infraestrutura e logística rural, maior rigor das fiscalizações que combatem fraudes.

5. Unificação do sistema de inspeção em todos os níveis (padronizar os sistemas SIE, SIM e SIF)

- . Obrigatoriedade de coleta de cada produtor em cada propriedade;
- . Obrigatoriedade dos testes de resíduos de antibióticos.

6. Unificação da tributação da cadeia produtiva de leite no País (guerra fiscal)

- . Isenção da incidência de PIS/COFINS sobre rações, sal mineral, alimentos para a pecuária.

Há necessidade de se desburocratizar o processo e acabar com as diferenciações de tributação entre estados, substituições tributárias desiguais, enfim, a guerra fiscal estabelecida. Não é mais possível vender-se leite em alguns estados da federação em função das barreiras tributárias impostas. A proposta de unificação do ICMS na cadeia do leite no País seria uma das soluções.

7. Ampliação de investimentos na matriz energética

- . Redes elétricas com maior facilidade e qualidade;
- . Recursos para energias renováveis.

8. Política de incentivos para sustentação do produtor

- a) Sucessão;
- b) Infraestrutura;
- c) Assistência técnica gerencial;
- . Fortalecer e ampliar projetos de assistência técnica que tenham como foco o gerenciamento das propriedades;

. Estimular participação de produtores em capacitações técnicas e gerenciais;

d) Crédito rural e endividamento

. Disponibilizar linhas de crédito com juros acessíveis para aquisição de tecnologia.

Muitas linhas de crédito já estão disponíveis, porém não se leva em conta a situação de endividamento do produtor. Isso poderá levar muitos produtores à falência.

9. Maior controle da fiscalização das normas técnicas de produtos e equipamentos

Muitos equipamentos estão sendo vendidos sem nenhum critério ou aprovação pelo INMETRO.

10. Aumento de investimentos nos programas de sanidade, pesquisa e capacitação

a) investimentos em laboratórios;

b) investimentos na melhoria da qualidade da água;

c) criar programa de boas práticas na produção de leite.

(BPL);

d) aprovar o Projeto de Lei dos Genéricos.

Propusemos, naquela reunião, que fossem escolhidos seis delegados para representarem Santa Catarina na Conferência Nacional do Leite, a ser realizada em Brasília, em novembro de 2012. Os delegados escolhidos fazem parte das categorias de produtores, trabalhadores da cadeia, cooperativas, indústria, área técnica (universidades e profissionais) e representantes do governo, contando, ainda, com três suplentes, representantes da agricultura familiar.

Conferência Estadual do Leite em Rondônia, realizada em 22 de junho de 2012

Organizada pelo Deputado Carlos Magno, contou com a presença dos Deputados Domingos Sávio, Alceu Moreira Mendes e Marcos

Rogério. Reuniu também produtores, empresários de laticínios, entidades sindicais e membros do Poder Legislativo e Executivo.

Entre as discussões, foi levantada a questão do preço do litro de leite praticado pelas indústrias do setor. De acordo com o Deputado Domingos Sávio, há muito tempo os produtores de leite vêm sofrendo com as quedas constantes do preço do leite e com a concorrência gerada pela importação do leite subsidiado, Ressalta que recentemente foi aprovada uma lei que obriga os laticínios a informar aos produtores o preço a ser pago pelo litro do produto. Assim, o produtor poderá optar pela indústria que ofereça as melhores condições de preço.

O Deputado Alceu Moreira enfatizou a crise gerada pela importação do leite de países como a Argentina e o Uruguai, que recebem incentivos.

Houve discussões também em torno da não existência de um mercado futuro para o leite e seus derivados.

Foram as seguintes as deliberações da Conferência em Rondônia:

EIXOS	ABRANGÊNCIA	PROPOSTAS DE ESTRATÉGIA
Importância socioeconômica da pecuária leiteira em Rondônia	Estadual Rondônia é o único estado brasileiro que tem mais de uma indústria láctea por município.	Investimento do governo no setor e políticas agrícolas são imprescindíveis para a sustentabilidade da produção leiteira.
	Nacional	
	O mercado lácteo de Rondônia é externo, tendo em vista que 65% dos produtos e derivados lácteos são comercializados fora do Estado.	
Importância de pesquisas na área de assistência técnica para a cadeia produtiva do leite	Estadual A falta de orientação técnica contribui para os baixos índices de produtividade e rentabilidade.	Assistência técnica ao produtor de leite deve ser contínua
	Nacional	
	A atividade leiteira é muito complexa e envolve muitos fatores, daí a importância da orientação técnica para o setor.	
Importância da produção de leite em Rondônia e sua representação no setor leiteiro do Brasil	Estadual A produção no estado é bem maior que o consumo e chega a representar 46,21% da produção na Região Norte.	Melhores condições para aquisição de maquinário, distinção entre pequeno e grande produtor e o acompanhamento da importação do leite e dos produtos derivados do leite.
	Nacional	
	A produção brasileira de leite é liderada por 12 estados brasileiros, que representam 89,5% da produção total, e Rondônia tem colocação em 9º lugar, representando 2,6% da produção nacional	
Preço e pagamento	Estadual	Política de preços justos, sem fixação de valor a nível nacional devido à complexidade dos estados em relação aos custos de produção.
	A difícil comercialização devido à grande produção no estado, o baixo preço e a demora no pagamento	
	Nacional	
	Lei nº 12.669, de 19 de junho de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas informarem ao produtor o valor pago pelo produto até o dia 25 de cada mês.	
Eleição de delegados	Estadual	Realização da Conferência Nacional do Leite para elaborar o texto que
	Eleição dos delegados estaduais para representar as diversas categorias do setor produtivo na Conferência Nacional.	
	Nacional	

	Representar os diversos setores da cadeia produtiva do leite na Conferência Nacional prevista para ser realizada em novembro do ano corrente em Brasília.	estabelecerá os critérios de preparação da produção em relação às adversidades quanto à política do setor leiteiro.
--	---	---

Conferência Estadual no Rio Grande do Sul, realizada em 29 de junho de 2012, em Nova Petrópolis

Conduzida pelo Deputado Alceu Moreira, a conferência ocorreu quando da realização do Rural Show.

O parlamentar chamou a atenção para a Conferência Nacional do Leite, que ocorrerá em Brasília, em novembro do ano corrente, e acrescentou que a principal meta dessa conferência é a de melhorar, organizar e fortalecer o setor do leite no País.

No evento, foram levantados problemas que giram em torno dos negócios do setor, como a falta de assistência técnica especializada, saneamento, rastreabilidade e condições de competitividade do rebanho.

Foram escolhidos os delegados para representar o setor na Conferência Nacional dentre os representantes dos produtores, da indústria e dos trabalhadores.

Houve uma palestra proferida pelo engenheiro Marcelo Ferreira de Carvalho, sobre o mercado de leite.

Conferência Estadual do Leite do Ceará, realizada em 10/8/2012.

A conferência reuniu representantes dos estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí e Bahia, que também elegeram seus delegados.

Estiveram presentes os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Domingos Sávio, Presidente da Subleite, Alceu Moreira, Relator da Subleite e

Carlos Magno, membro da Subcomissão, além de representantes de outros órgãos e federações ligadas ao setor.

O Deputado Domingos Sávio salientou a importância do trabalho desenvolvido na Fazenda Flor da Serra, no Ceará, que utiliza área do projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi, com uma produção de 16 mil litros/leite/dia, usando o pastejo rotacionado irrigado, uma experiência exitosa, que pode dar certo em outros projetos, segundo o parlamentar.

Foram 30 as propostas apresentadas, no evento, pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará:

1. Incentivar a pequena irrigação no Nordeste, através da ampliação do horário sazonal, para a atividade leiteira, das 6h às 12h.

2. Disponibilizar linha de crédito específica para a modernização da Cadeia Produtiva do Leite, com destaque para a atividade irrigada;

3. Implantar um Programa Nacional de Assistência Técnica específica para a cadeia do leite;

4. Definir uma política de ocupação, pela cadeia produtiva do leite, nos Perímetros Irrigados (DNOCS, Codevasf);

5. Implantar o Conseleite ou um modelo equivalente para análise de custo mensal da produção do leite;

6. Estimular a implantação das Câmaras Setoriais do Leite e/ou entidades representativas da produção de leite;

7. Implantar um Programa de Estoques Reguladores de Grãos na região Nordeste, através da Conab, principalmente nas áreas produtoras de grãos nos estados do Piauí, Maranhão e Bahia;

8. Implantar armazéns centrais estaduais, através da Conab, para estocagem de grandes volumes de grãos e distribuição nos postos de venda dentro de cada Estado;

9. Ampliar o número de postos do sistema “vendas balcão” da Conab, reestruturação da infraestrutura, equipamentos e recursos

humanos adequados para o recebimento, armazenamento, distribuição e venda dos grãos nos estados do Nordeste;

10. Criar o programa de Segurança Alimentar Animal, assegurando o fornecimento de volumoso (silagem ou feno) aos animais, mediante a sua contratação com o seguro alimentar, a ser instituído pelo governo federal;

11. Estender aos produtores de leite (pessoa física) o “cartão de crédito rotativo” do BNDES ou similar (cartão do produtor) para investimentos e custeio das atividades produtivas;

12. Criar uma linha de crédito para o custeio pecuário destinado à aquisição de volumosos;

13. Instituir o preço mínimo do leite ao nível do produtor;

14. Instituir entre os elos da cadeia produtiva do leite, mediante acordo formal, o preço de referência do leite, em nível do produtor;

15. Ampliar as compras governamentais dos produtos lácteos para os programas sociais, atualizando o preço de aquisição, conforme tendências de mercado e anormalidades climáticas;

16. Criar o Fundo Leite com a participação do Governo e dos integrantes da Cadeia Produtiva do Leite destinado a dar suporte à assistência técnica, ações de defesa sanitária, dentre outras;

17. Incrementar o Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose, com recursos financeiros oriundos do Fundo Leite, garantindo a indenização dos animais sacrificados;

18. Implantar o laboratório de análise do leite no Estado do Ceará;

19. Criar um programa de marketing para o aumento da produção e do consumo de leite, com a realização de campanha nacional;

20. Fomentar as instituições para a realização de pesquisas das espécies forrageiras específicas para o Nordeste;

21. Criar o Programa Regional para a pesquisa, produção e difusão da Palma Forrageira;

22. Criar unidades da EMBRAPA Gado de Leite nos Estados do Nordeste;

23. Implantar um Programa Nacional de Melhoramento Genético – TE, FIV, Marcação Molecular e Tecnologia do índice de desempenho dos reprodutores – Testes de Progênie;

24. Criar incentivos para a instalação de Centros de Inseminação Artificial, em nível municipal, nas principais bacias leiteiras;

25. Implantar um Programa Nacional e/ou Regional de Capacitação na atividade leiteira, em parceria com o SENAR, inclusive de convivência com o semiárido;

26. Implantar o Programa de melhoria da qualidade do leite, atendendo aos ditames da Instrução Normativa 62, do MAPA;

27. Criar um programa regional de incentivo à pequena irrigação para a produção leiteira bovina e caprina;

28. Implantar um programa nacional e/ou regional para capacitação de técnicos de Ciências Agrárias, voltados para a pecuária de leite;

29. Criar um Programa de Desenvolvimento e Fomento da Caprinocultura Leiteira na região Nordeste;

30. Criar um Programa de Captação e de Armazenamento de Água e de Reservas Hídricas para a pecuária leiteira do Nordeste.

No evento, o setor produtivo do leite do Estado do Maranhão, com o objetivo de complementar as propostas do Ceará, apresentou as seguintes sugestões:

1. Incentivo fiscal para baratear equipamentos de irrigação, armazenamento, transporte e transformação do leite, para pequenos empreendimentos;

2. Criar um programa de garantia mínima de infraestrutura para armazenamento e transporte de leite “in natura”;

3. Não só ampliar as compras governamentais dos produtos lácteos, para programas sociais, mas garanti-las para os programas já existentes, como a Lei 11.947/2009 (PNAE);
4. Implantar laboratórios de análise de leite em todos os estados – LACEM;
5. Remuneração justa para produtores e laticínios no programa LEITE FOME ZERO;
6. Ampliar o programa de controle e erradicação da brucelose e da tuberculose, com garantia de indenização governamental;
7. Implantar o CONSELEITE, ou um modelo equivalente para análise de custo mensal da produção de leite;
8. Implantar o “Cartão de crédito rotativo do BNDES” para investimento e custeio das atividades produtivas do produtor de leite;
9. Aumentar a cota anual para R\$ 20.000,00 ano para o programa “Leite Fome Zero”, conforme foi aumentado para o programa do PNAE;
10. Criar um programa de marketing para aumento da produção e do consumo de leite com realização da campanha nacional;
11. Aumentar o combate ao leite e queijos clandestinos.

III – 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO LEITE

Realizou-se, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, em Brasília/DF. Nossa expectativa com relação a este encontro é de seja o embrião do Conselho Nacional do Leite, um órgão responsável por ditar, mediante decisões colegiadas, as diretrizes para o setor no País, desde a produção até a comercialização.

Foram realizadas as seguintes atividades:

Dia 6

Debate em grupos temáticos para apresentar as propostas por segmento da cadeia produtiva, com o objetivo de oferecer

subsídios para a elaboração da política nacional do leite. Cada grupo elegeu, no início dos trabalhos, um coordenador e um relator, que foram responsáveis por apresentar o texto na reunião do dia 7.

9h – CNA (delegados dos produtores e dos trabalhadores rurais)

9h – OCB (delegados das cooperativas, indústria e comércio)

9h – Embrapa (delegados do governo e das entidades de pesquisa e extensão)

Dia 7

Consolidação das propostas debatidas nos grupos temáticos

9h – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Dia 8

Apresentação do documento para apreciação e aprovação. Entrega do certificado de participação ao término do encontro. Presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

IV – CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA NACIONAL DO LEITE

Ao final da 1ª Conferência Nacional do Leite foi apresentado o documento final que se segue, o qual objetiva subsidiar a elaboração de uma política nacional do leite:

1. DEFESA SANITÁRIA

1.1. Garantir recursos para execução dos programas de defesa sanitária;

1.2. Aperfeiçoar o Programa Nacional de Combate e Erradicação da Brucelose e Tuberculose e criação de fundos indenizatórios e compensatórios para ressarcimento ao produtor por abate de animais positivos;

1.3. Desenvolver metodologia precisa de análise de kits de resíduos e contaminantes no leite com base no *Codex Alimentarius* – Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes;

1.4. Garantir a implementação da Instrução Normativa nº 62/2011, do MAPA, trabalhando questões de capacitação, pagamento por qualidade, fiscalização, eficiência dos laboratórios da Rede Brasileira de Qualidade do Leite (RBQL), infraestrutura e logística;

1.5. Revisar os marcos regulatórios do setor lácteo, em especial o RIISPOA;

1.6. Criar critérios técnicos para o credenciamento e descredenciamento de laboratórios de análise da qualidade do leite junto a RBQL e padronizar métodos e informação dos resultados;

1.7. Garantir recursos para criação e execução de programas de controle estratégico de ectoparasitos e hemoparasitoses;

1.8. Viabilizar a comercialização dos queijos artesanais entre os estados, criando condições de adequação dos produtores e de aprimoramento da Instrução Normativa nº 57/2011 do MAPA;

1.9. Suprimir o § 1º da Lei nº 11.265/2006, que denigre o consumo do leite de vaca (“aviso importante: este produto não deve ser usado para alimentar crianças menores de um ano de idade, a não ser por indicação expressa de médico ou nutricionista”);

1.10. Assegurar recursos para a estruturação de serviços municipais e estaduais de inspeção sanitária de produtos de origem animal, visando à adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal dentro do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SISBI/SUASA);

1.11. Dinamizar e desburocratizar os serviços de inspeção;

1.12. Combater a informalidade na comercialização de leite;

1.13. Apoiar as medidas adotadas pelos Ministérios da Agricultura, da Saúde e da Justiça (Centro Integrado de Qualidade de

Alimentos – CQUALI), de combate às fraudes, mantendo as informações de fiscalização atualizadas no site;

1.14. Aprimorar o Laboratório de Referência Nacional da RBQL;

1.15. Associar as informações do controle sanitário animal aos órgãos de estatística;

1.16. Consolidar o cadastro dos produtores no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIG/SIF).

2. DEFESA COMERCIAL

2.1. Garantir a defesa comercial do mercado lácteo brasileiro, por meio da renovação do acordo de cotas e preços do leite em pó argentino, incluindo os queijos e o soro de leite; estabelecimento de acordo de cotas e preços para o leite em pó, queijos e soro de leite provenientes do Uruguai;

2.2. Consolidar a Tarifa Externa Comum (TEC) em 28% para os 11 produtos lácteos que se encontram com esta tarifa e colocar de forma temporária na lista de exceção à TEC com alíquotas máximas permitidas pela OMC (35% a 55%);

2.3. Incluir os produtos lácteos na categoria de sensíveis no acordo entre Mercosul e União Europeia, evitando que o setor lácteo seja usado como moeda de troca;

2.4. Manter os direitos *antidumping* sobre o leite em pó oriundo da União Europeia e da Nova Zelândia.

3. CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES

3.1. Reestruturar, fortalecer e ampliar o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural público e privado, estabelecendo convênios e parcerias com entidades afins (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAS; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; outras

instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER; Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA, MDA, universidades e indústrias de laticínios) voltadas à capacitação e assistência técnica e gerencial da cadeia produtiva do leite e derivados;

3.2. Fortalecer programas de estágio na área de extensão rural nas Universidades Agrárias do País e escolas técnicas, com o objetivo de capacitar os futuros profissionais do campo;

3.3. Implementar os programas de atualização de profissionais de ATER, cooperativas e empresas privadas;

3.4. Acompanhar a criação do Sistema Nacional de ATER;

3.5. Garantir que os resultados de pesquisas relacionadas com a produção de leite sejam transferidos ao produtor e à indústria;

3.6. Implementar o Programa Nacional de Capacitação em Qualidade do Leite – PNCQL;

3.7. Disseminar a aplicação dos programas de boas práticas agropecuárias (PAS-Leite);

3.8. Criar mecanismos de incentivo às cooperativas/empresas para implementação da intervenção técnica e gerencial aos produtores garantindo agregação de valor ao produto;

3.9. Fortalecer o processo de inovação tecnológica para produção de leite por meio da criação de fundo para inovação tecnológica para a cadeia produtiva do leite; indução de chamadas públicas específicas para o leite; fortalecimento das OEPAS e criação de arcabouço legal para flexibilizar o uso da Lei nº 8.666 (Licitação) por instituições públicas;

3.10. Criar Programa Nacional para o aumento da rentabilidade dos que produzem menos de 100 litros;

3.11. Viabilizar o investimento em educação no meio rural, ampliando a rede de escolas no meio rural e criando cursos técnicos para produtores de leite;

3.12. Criar o fundo de assistência técnica e extensão rural para o setor leiteiro.

4. POLÍTICAS DE CRÉDITO

4.1. Criar instrumento de subvenção ao frete para os insumos que compõem a ração concentrada;

4.2. Estabelecer vantagens nas linhas de crédito para as indústrias que pagam por qualidade e sanidade;

4.3. Revisar e ampliar as políticas de apoio à comercialização, aquisição de alimentos e alimentação escolar, observando as peculiaridades regionais;

4.4. Elevar os parâmetros de consumo de milho por animal no Programa de Venda em Balcão da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

4.5. Incluir a compra de tanques de refrigeração de leite, equipamentos de irrigação e o financiamento de sistemas intensivos de produção e confinamento no Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (programa ABC);

4.6. Redefinir a linha de crédito para aquisição e retenção de matrizes bovinas leiteiras;

4.7. Estabelecer para os programas de apoio à comercialização o preço mínimo do leite de acordo com as variações dos custos de produção;

4.8. Melhorar a logística ampliando o número de armazéns centrais estaduais e de postos de atendimento da CONAB na região da SUDENE, aproximando os centros de produção (oeste da Bahia e sul do Piauí e do Maranhão) e distribuição à demanda;

4.9. Redefinir os critérios de zoneamento agroecológico da região Nordeste;

4.10. Criar seguro pecuário para perdas nas culturas destinadas à alimentação volumosa do rebanho bovino;

4.11. Criar mecanismos facilitadores para o financiamento dos produtores através das cooperativas e indústrias, pelos fundos constitucionais, bem como aumentar os repasses desses para as cooperativas de crédito;

4.12. Disponibilizar créditos com juros acessíveis para expansão e modernização para as cooperativas e indústrias;

4.13. Criar um fundo garantidor para as linhas de crédito às cooperativas e indústrias com recursos provenientes do próprio empréstimo, do agente financeiro e Tesouro Nacional;

4.14. Renegociar as dívidas e isentar das taxas cartoriais os agricultores familiares.

5. LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

5.1. Reduzir a zero a alíquota do PIS/COFINS das rações e suplementos minerais utilizados na alimentação de bovinos;

5.2. Manter o fosfato bicálcico e ácido sulfúrico na lista de exceção à TEC com alíquota zero;

5.3. Diagnosticar a incidência dos impostos, tributos e taxas na cadeia por estado e por insumo com vista à sua isenção;

5.4. Permitir a utilização de créditos presumidos do PIS/COFINS para pagamento de impostos federais, INSS, REFIS e restituição em dinheiro corrigido monetariamente, sem burocracias, bem como para ações que promovam o desenvolvimento de produtores;

5.5. Viabilizar o aproveitamento de créditos do PIS/PASEP para custeio e investimento da indústria em programas de desenvolvimento de produtores e modernização do parque industrial;

5.6. Permitir a transferência dos créditos do PIS/COFINS para empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos, embalagens e insumos para a produção de derivados do leite;

5.7. Equiparar o valor do teto do Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite) ao do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aumentando a dotação de recursos para os mesmos;

5.8. Estabelecer ações compensatórias aos produtores de leite devido aos custos ambientais, constituindo um sistema de governança, nos municípios, para a garantia da aplicação do princípio provedor-recebedor previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9.433/97;

5.9. Aprovar o Projeto de Lei nº 792/07 que estabelece a Política Nacional dos Serviços Ambientais;

5.10. Revisar a legislação que trata do sistema de governança das cooperativas;

5.11. Revisar a Lei nº 12.619, de 2012, no que se refere ao descanso dos caminhoneiros, considerando que os produtos lácteos são perecíveis;

5.12. Desonerar a incidência de encargos trabalhistas nas indústrias de lácteos.

5.13. Uniformizar a legislação do ICMS do leite fluido e derivados nas operações interestaduais;

5.14. Isentar os impostos das máquinas e equipamentos utilizados no setor rural.

6. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

6.1. Melhorar a infraestrutura e a logística das áreas rurais como pré-requisito para atender à Instrução Normativa nº 62, de 2011;

6.2. Criar logística de recepção das amostras para encaminhar ao laboratório da RBQL;

6.3. Assegurar recursos financeiros aos municípios a fim de viabilizar as vias de escoamento da produção; melhorar o abastecimento e a distribuição de energia elétrica e internet banda larga, assegurando oferta constante e regular para produtores e indústrias;

6.4. Viabilizar a política de utilização de transporte através de ferrovias e hidrovias com o objetivo de reduzir os custos logísticos;

6.5. Garantir a aplicação de recursos (federais, emendas parlamentares) para os municípios construírem e conservarem as estradas vicinais;

6.6. Criar ações efetivas de segurança pública no campo;

6.7. Ampliar o horário horo-sazonal para irrigação na produção de leite;

6.8. Universalizar o acesso à água potável como política estruturadora da cadeia produtiva do leite.

7. PROMOÇÃO COMERCIAL DOS PRODUTOS LÁCTEOS

7.1. Estimular a participação da cadeia produtiva do leite por meio de marketing institucional, promovendo os produtos lácteos tanto no mercado interno quanto no externo, valorizando seus atributos nutricionais;

7.2. Ampliar programas institucionais de aquisição de leite nas esferas federais, estaduais e municipais para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;

7.3. Apoiar o projeto setorial para internacionalização do setor lácteo brasileiro aprovado pela Agência Brasileira de Promoção às Exportações e Investimentos (APEX-Brasil);

7.4. Ampliar o número de acordos sanitários a fim de facilitar as exportações brasileiras.

8. ORGANIZAÇÃO DO SETOR

8.1. Fomentar a criação dos Conseleites nas Unidades da Federação;

8.2. Estimular a implantação das Câmaras Setoriais do Leite nos estados;

8.3. Investigar e acompanhar de forma efetiva a pressão de negociação das grandes redes de distribuição;

8.4. Promover o associativismo e cooperativismo no setor lácteo com intuito de fomentar a organização dos produtores e trabalhadores;

8.5. Realizar estudo para identificar as margens dos diferentes elos da cadeia.

9. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

9.1. Fomentar alocação de recursos para investimentos em pesquisa, tanto na área agropecuária como industrial, tornando o sistema de difusão e transferência de tecnologia mais eficiente;

9.2. Desenvolver pesquisas na área de inteligência competitiva;

9.3. Desenvolver estudos para a criação do Mercado Futuro e de Opções para os lácteos;

9.4. Aumentar o número de pesquisas nas áreas de pecuária de baixa emissão de carbono; exigências nutricionais para raças leiteiras tropicais; forrageiras utilizadas para pastejo; sistemas de produção sustentáveis, bem como desenvolver variedades de milho, sorgo e palma forrageira para o semiárido;

9.5. Desenvolver linhas de pesquisa para avaliar os parâmetros de qualidade de leite passíveis de serem produzidos em clima tropical;

9.6. Estabelecer convênios de cooperação técnica com IBGE, CONAB, EMBRAPA, MAPA e Entidades do setor a fim de padronizar as informações da cadeia láctea;

9.7. Gerar e adaptar tecnologias adequadas para a agricultura familiar e empresarial por bioma;

9.8. Criar ambiente favorável para estabelecimento de parceria tecnológica para aprimoramento de equipamentos e máquinas utilizados na pecuária de leite;

9.9. Incentivar a pesquisa e inovação tecnológica voltada para o desenvolvimento de novos produtos lácteos, fomentando as linhas de crédito contempladas no Plano Brasil Maior coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);

9.10. Garantir a qualidade e segurança do alimento nacional adotando, em âmbito nacional, a análise de risco de resíduos químicos e contaminantes em alimentos, mediante a criação da Rede Nacional para Análise de Risco de Resíduos e Contaminantes Químicos em Alimentos;

9.11. Levantar custos de produção em propriedades leiteiras adotando metodologia padrão (International Farm Comparison Network - FCN);

9.12. Incentivar a pesquisa voltada para os produtores de leite, considerando as peculiaridades regionais;

9.13. Criar sistema unificado de dados e estatísticas para fundamentar tomadas de decisão.

9.14. Estabelecer medidas de mitigação de gases de efeito estufa e medidas para tratamento de efluentes e aproveitamento de resíduos da pecuária leiteira;

9.15. Determinar balanço de carbono e pegada hídrica da atividade leiteira;

9.16. Fomentar o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos e de produção orgânica.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DO LEITE

- Garantir a defesa comercial do mercado lácteo brasileiro, por meio da renovação do acordo de cotas e preços do leite em pó argentino, incluindo os queijos e o soro de leite; estabelecimento do acordo de cotas e preços para o leite em pó, queijos e soro de leite provenientes do Uruguai; manutenção dos direitos *antidumping* sobre o leite em pó oriundo da União Europeia e da Nova Zelândia e consolidação da TEC em 28%.

- Garantir a implementação da Instrução Normativa nº 62/2011, priorizando questões de capacitação, pagamento por qualidade, fiscalização e eficiência dos laboratórios da RBQL.

- Assegurar recursos financeiros aos municípios a fim de viabilizar as vias de escoamento da produção; melhorar o abastecimento e a distribuição de energia elétrica e internet banda larga, assegurando oferta constante e regular para produtores e indústrias.

- Assegurar recursos financeiros para a execução dos Programas Sanitários e estruturação de serviços municipais e estaduais de inspeção sanitária de produtos de origem animal, visando à adesão ao

SISBI/SUASA, de forma a garantir a qualidade e segurança do alimento nacional.

- Revisar os marcos regulatórios do setor lácteo, em especial o RIISPOA.

- Viabilizar a utilização dos créditos do PIS/COFINS para custeio e investimento em programas de capacitação de produtores, modernização do parque industrial.

- Uniformizar a legislação do ICMS nas operações interestaduais;

- Revisar e ampliar as políticas de apoio à comercialização, aquisição de alimentos e alimentação escolar, observando as peculiaridades regionais.

- Fortalecer o processo de inovação tecnológica para a cadeia produtiva do leite garantindo recursos orçamentários, sem cortes, e a criação de um fundo setorial específico.

- Reestruturar, fortalecer e ampliar o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural público e privado, estabelecendo convênios e parcerias com entidades afins (SENAR, SEBRAE, EMBRAPA, OEPAS, EMATER, outras instituições de ATER, SDC/MAPA, MDA, universidades e Indústrias de laticínios) voltadas à capacitação e assistência técnica e gerencial da cadeia produtiva do leite e derivados.

- Criar sistema unificado de dados e estatísticas para fundamentar tomadas de decisão.

- Estabelecer ações compensatórias aos produtores de leite devido aos custos ambientais.

- Promover o associativismo e cooperativismo no setor lácteo com o intuito de fomentar a organização dos produtores e trabalhadores.

V – COMENTÁRIOS FINAIS

O papel que a Subleite está desenvolvendo é acima de tudo muito nobre, pela importância que tem a produção leiteira em nosso País,

pela relevância no que se refere à segurança alimentar e importância econômica e social, pela geração de emprego e renda no meio rural.

A Subcomissão vem desenvolvendo seu trabalho de forma democrática, transparente, visitando estados, não só debatendo, mas visitando diretamente os projetos desenvolvidos nas Unidades da Federação.

Nós estamos construindo uma política nacional do leite. Fazer um documento fidedigno, um relatório completo, riquíssimo em dados para oferecer ao governo brasileiro, é tarefa fácil. Também é importante fazer com que os governos tenham cumplicidade nessa missão. As conferências estaduais e a nacional têm esse objetivo: produzir um documento que assegure a cumplicidade dos governos estaduais e federal com o que foi escrito.

Aqui em Brasília, quando tivemos aproximadamente 200 delegados reunidos com as entidades do setor, governamentais e não governamentais, quando redigimos os subsídios para a política nacional do leite, pretendíamos sempre contar com a cumplicidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Embrapa e das entidades nacionais.

Finalmente, submetemos o presente relatório prévio à apreciação dos membros desta Subcomissão e, posteriormente, à egrégia Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Agradecemos a contribuição dos depoentes e dos membros da Subleite, dirigindo especial agradecimento ao nobre Presidente.

Deputado ALCEU MOREIRA
Relator

Deputado DOMINGOS SÁVIO
Presidente